

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1565146 - SP  
(2019/0241555-6)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE : SETEC - SOLUCOES ENERGETICAS DE**  
**TRANSMISSAO E CONTROLE LTDA**  
**ADVOGADOS : FELIPE GOMES LOUREIRO - RJ179132**  
**DANIEL CORREA CARDOSO COELHO - SP310792**  
**AGRAVADO : VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A**  
**ADVOGADOS : JOÃO CARLOS DUARTE DE TOLEDO - SP205372**  
**JOÃO HENRIQUE GUIZARDI - SP250450**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL E DE SÚMULA. DESCABIMENTO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Agravo de instrumento interposto contra de decisão que, nos autos de cumprimento de sentença arbitral, declinou a competência e determinou a remessa dos autos para a Vara de Falências e Recuperação, em razão da conexão.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
4. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministra Nancy Andrichi  
Relatora